

Estudo mostra que EUA possui mais servidores públicos que o Brasil

Enquanto o Governo Federal busca a aprovação da reforma administrativa, usando o discurso mentiroso de que a “máquina governamental está inchada”, estudos comprovam que o Brasil possui menos servidores que os EUA e 4 vezes mais cargos comissionados.

Nessa reforma mentirosa do desgoverno Bolsonaro alguns pontos ficam soltos em relação ao serviço público, principalmente com relação ao elevado número de servidores comissionados.

No Brasil, existem, segundo levantamento do (M)Dados com base em informações do Painel Estatístico de Pessoal (PEP) — plataforma administrada pelo Ministério da Economia —, mais de 31.900 pessoas em posições comissionadas no Poder Executivo (entre cargos e funções), correspondendo a 5,3% dos 603.009 servidores ativos.

Do total, pelo menos 3,5 mil são indicações diretas do presidente, podendo ser preenchidos por profissionais sem concurso público. O restante é de servidor concursado ou não são nomeações feitas diretamente pelo chefe do Executivo.

Enquanto isso, nos Estados Unidos, o número é quase 4 vezes menor. Por lá, dos 1,9 milhões de cargos públicos federais, 8.358 podem ser preenchidos por indicação. Destes, 1.714 são de livre nomeação do presidente (sendo que 472 precisam da aprovação do Senado), segundo o United States Government Policy and Supporting Positions, que inclui, a cada eleição, dados detalhados sobre cargos passíveis de nomeação.

O governo federal possui hoje 10.235 cargos de Direção e

Assessoramento Superiores (DAS). Destes, apenas uma parte é ocupada por pessoas não concursadas e nomeadas pelo presidente. Ele e a equipe também são os responsáveis por escolher os servidores que exercem Funções Comissionadas do Poder Executivo (FCPE), 11.950 atualmente. Estas vagas, no entanto, só podem ser ocupadas por servidores públicos efetivos, aprovados em concurso.

Existem também os ocupantes de Cargos de Natureza Especial (CNEs), que somam 86, e os cargos comissionados cuja ocupação não depende diretamente do presidente (9,3 mil), como é o caso dos empregos em instituições federais de ensino e em agências reguladoras.

É importante ressaltar que a Reforma Administrativa é mais uma peça de perseguição ao funcionalismo público federal por parte do desgoverno Bolsonaro, que desde o início buscou mecanismo para fragilizar a categoria, principalmente atacando o movimento sindical.

A categoria deve se manter focada e coesa com o movimento sindical, pois as entidades veem combatendo todos esses ataques ao longo desse período.

O Sindsep/MA através da Condsef/Fenadsef mantém uma agenda permanente de discussão e combate aos ataques do desgoverno Bolsonaro, criticando e realizando mobilizações para denunciar esses abusos à população.

“Sindsep Entrevista”

O programa semanal “Sindsep Entrevista”, apresenta nesta sexta (25), o secretário de Política Sindical e Formação da Condsef, Valter Cezar Figueiredo, na pauta “Privilégios e Reforma Administrativa: verdades e mentiras”.

O SINDSEP ENTREVISTA vai ao ar todas as sextas feiras às 10 da manhã e transmitido ao vivo pela página do Sindsep/MA no [facebook.com/Sindsep.MA](https://www.facebook.com/Sindsep.MA).

SINDSEP Entrevista



RICARDO MILAN
Jornalista - SINDSEP/MA
DRT 785 MA



Valter Cezar Figueiredo
secretário de Política Sindical
e Formação da Condsef



Cortes de R\$ 1,6 bi no Orçamento e não regulamentação do Fundeb ameaçam educação

Os ministérios da Economia e da Casa Civil preveem cortar cerca de R\$ 1,6 bilhão do Ministério da Educação para o próximo ano. O corte é mais uma consequência da incompetência do ex-ministro Abraham Weintraub e seus assessores, que não apresentaram propostas, nem projetos para a área.

O atual ministro da Educação, Milton Ribeiro, disse em entrevista à TV Globo que, como a gestão de Weintraub não executou o orçamento, ou seja, não utilizou os recursos financeiros destinados ao ministério para a realização de projetos ou atividades, vai ser muito difícil manter o dinheiro na Pasta. Ribeiro citou como exemplo de má gestão, a ex-titular da Secretaria de Educação Básica (SEB), Ilona Betskechazy, exonerada no último mês de agosto, após ter ficado apenas quatro meses no cargo. Segundo ele, somente a SEB deixou de executar mais de R\$ 900 milhões do seu orçamento.

Os cortes devem chegar a R\$ 1,1 bilhão na educação básica e R\$ 500 milhões no ensino médio. O retorno de R\$ 1,6 bilhão ao orçamento da educação só poderá ser feito se o Congresso Nacional assim decidir, disse Milton Ribeiro, já que são os parlamentares que aprovam a destinação dos recursos.

A falta de projetos para a educação vem desde a campanha eleitoral de 2018, já que

Jair Bolsonaro (ex-PSL) não apresentou nenhum projeto para a área, afirma Janine Ribeiro, ex-ministro da Educação, no governo de Dilma Rousseff (PT).

Se já não bastasse perder R\$ 1,6 bilhão em seu orçamento, a Educação no país pode ainda ser afetada negativamente se o Congresso Nacional não regulamentar o novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) permanente aprovado em agosto último.

Pela proposta aprovada, haverá aumento gradativo até 2016 dos atuais 10% para 23%, da complementação de recursos da União para a educação e a garantia de que 70% dos recursos serão destinados ao pagamento da folha salarial de todos os profissionais da educação. Para 2021, a previsão é que o Fundo tenha recursos na ordem de R\$ 150 bilhões.

Caso o Congresso não regulamente o Fundeb, caberá ao governo federal tomar a iniciativa por meio de uma Medida Provisória (MP), o que preocupa os profissionais da educação.

Como o novo Fundeb foi aprovado como Emenda Constitucional (EC), não poderá haver

NÍVEL DE ENSINO	FATOR DE PONDERAÇÃO
CRECHE EM TEMPO INTEGRAL PÚBLICA	1,30
CRECHE EM TEMPO INTEGRAL CONVENIADA	1,10
PRÉ-ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL	1,30
CRECHE EM TEMPO PARCIAL PÚBLICA	1,15
CRECHE EM TEMPO PARCIAL CONVENIADA	0,80
PRÉ-ESCOLA EM TEMPO PARCIAL	1,05
ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL URBANO	1,00
ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL NO CAMPO	1,15
ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL URBANO	1,10
ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL NO CAMPO	1,20
ENSINO FUNDAMENTAL EM TEMPO INTEGRAL	1,30
ENSINO MÉDIO URBANO	1,25
ENSINO MÉDIO NO CAMPO	1,30
ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL	1,30
CURSO TÉCNICO INTEGRADO (ENSINO MÉDIO INTEGRADO COM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL)	1,30
EDUCAÇÃO ESPECIAL	1,20
EDUCAÇÃO INDÍGENA E QUILÔMBOLA	1,20
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COM AVALIAÇÃO NO PROCESSO	0,80
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS INTEGRADA À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL MÉDIO, COM AVALIAÇÃO NO PROCESSO	1,20

veto presidencial, a não regulamentação, mas abre a possibilidade do governo mexer na destinação dos seus recursos, impactando nos repasses destinados a estados e municípios, já que o fundo é a receita desses entes, em 2020, que somadas garantem o custo do aluno para o ano seguinte e define qual a participação financeira da União.

Pode acontecer um desastre se chegarmos em janeiro do próximo ano sem os entes federados terem condições financeiras para pagar salários e manter as escolas funcionando.

A falta de regulamentação traz preocupação, pois as medidas do atual governo demonstram que ele não tem se preocupado com a qualidade da educação.

Fonte: CUT